

Relator da CPI encampa cálculo de que devastação da Amazônia chegou a 7%

por Marcos Magalhães
 de Brasília

Os números encontrados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) para definir a parcela de áreas desmatadas na Amazonia Legal — calculada em 7,01% do total — acabam de ganhar o reconhecimento do relator da Comissão Parlamentar de Inquérito, instalada pelo senado para estudar a questão, senador Jarbas Passarinho (PDS-PA). Em seu relatório preliminar, concluído na quarta-feira, ele afirma que o depoimento dos cientistas do INPE à comissão foi "o que apresentou maior credibilidade".

No documento de vinte páginas, Passarinho lembra que as estimativas em torno da real extensão do território desmatado sofrem grandes variações. O Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA) chegou à cifra de 8%, um estudo do cientista Denis Mahar, publicado pelo Banco Mundial, fala de 12%, e artigos do ex-presidente da World Wildlife Foundation, Thomas Lovejoy, insinuam destruição de 15 a 20% da Amazônia.

O senador considerou o método utilizado pelo INPE mais preciso, pois estabelece diferença entre pequenas queimadas para uso da terra de desmatamentos, além de excluir do cálculo áreas agrícolas historicamente utilizadas na periferia da floresta e de se basear em 234 imagens — das quais selecionou as 101 mais importantes — do satélite Landsat. O INPE



Jarbas Passarinho

chegou à conclusão de que 5,12% da área total da Amazônia Legal sofreu desmatamentos. Adicionando-se ao cálculo as terras já atingidas antes do início da monitoração por satélite, os técnicos do instituto alcançaram os 7,01% anunciados.

Passarinho admite que "causa apreensão a velocidade de desmatamento que vem ocorrendo nos últimos anos". Ele destaca, como caso mais grave, o Estado de Rondônia, que já tem 12% de seu território atingido. Em toda a região, prossegue a o relatório, a área desmatada pulou de 1,5%, em 1978, para 5,12%, em 1988, descontados os desmatamentos antigos. Para deter o crescimento acelerado do desmatamento, Passarinho recomenda "a adoção urgente de uma política racional de ocupação da Amazônia, que leve a um desenvolvimento sustentado, conservada a floresta".